

Governo cria grupo para definir cotas

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso criou ontem um grupo de trabalho que terá 60 dias para definir como o serviço público federal deverá incluir cotas para negros em seus órgãos, particularmente nos cargos de confiança e de chefia. A cota de 20% instituída nos Ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário não será obrigatória às demais instituições, pois dependerá dos estudos a serem realizados. Mas pode ser considerada como ponto de partida em mui-

tas repartições.

A política de uma ação afirmativa em favor dos negros terá de ser cumprida também pelas empresas que prestam serviço ao governo. “O que se pretende é criar condições para que todos os brasileiros se beneficiem da igualdade de oportunidades sem qualquer discriminação”, ressaltou Fernando Henrique.

Embora a portaria não estabeleça o porcentual de negros que devem integrar as repartições públicas, o presidente, no discurso, elogiou a iniciativa

dos dos ministérios que criaram a cota de 20%. “A cota, aplicada pelo Ministério da Justiça, estará sendo implantada no Executivo como um todo”, sugeriu.

O secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, disse que o patamar de 20% para negros, é considerado “mínimo”. O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Martins, disse que não se sabe se a cota será por ministério ou por repartição. (T.M. e D.W.)